



UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 4ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 MAIO/2010 A ABRIL/2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	984.973	5.693	990.666
Pessoal Ativo	680.453	2.595	683.048
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	16.162	-	16.162
Demais despesas com Pessoal Ativo	664.291	2.595	666.886
Pessoal Inativo e Pensionistas	304.520	3.098	307.618
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	866	-	866
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-	-
Demais despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	303.654	3.098	306.752
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	356.241	5.110	361.351
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	16.162	-	16.162
Despesas de Exercícios Anteriores	55.982	2.082	58.064
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	284.097	3.028	287.125
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	628.732	583	629.315

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			524.379.492
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,119900%	0,000111%	0,120011%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - < % >	0,239136%		1.253.980
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - < % >	0,227179%		1.191.281

FONTE: SIAFI GERENCIAL/SIAFI OPERACIONAL - SOF/SECOF/TRT4ª REGIÃO

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Devido à impossibilidade de se segregar os valores entre Ativos, Inativos e Pensionistas, quanto à Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta), todo o saldo foi lançado como Pessoal Ativo.

3) No total do item "Pessoal Ativo - Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)", estão computados R\$ 12.345MIL referentes a Precatórios da Administração Direta vinculados à unidade orçamentária 71103 - Encargos Financeiros da União e R\$ 3.817MIL referentes a Despesas com Sentenças de Pequeno Valor (SPV) da Unidade Orçamentária 71103.

4) No total do item "Demais Despesas com Pessoal Ativo", estão computados R\$ 36MIL, referentes despesa com Vencimentos e Salários da Ação 6217, com dotação proveniente de descentralização externa de créditos da Unidade Orçamentária 36210.

CARLOS ALBERTO ROBINSON
PRESIDENTE

CARLOS AITA
ORDENADOR DE DESPESAS

TATIANA PEDRAGOSA SEVERO
DIRETORA DO SERVIÇO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

TANIA MARA DE ARAUJO BORGES
DIRETORA DA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO